MATO GROSSO E AS FLORESTAS

REDD+ em Mato Grosso: Entenda o programa e como ele funciona

Apresentação em Linguagem Simples

Material elaborado com base nas diretrizes da Política Estadual de Linguagem Simples e de Direito Visual (Lei Estadual nº 12.336/2023 e Decreto nº 1.377/2025) e da ABNT NBR ISO 24495-1:2024.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso | Novembro de 2026

O que você vai encontrar nesta apresentação?

1. ## O programa de REDD+ de Mato Grosso

   O que é, para que serve e quais áreas entram no programa.

2. ## Como o Estado mede os resultados

   Quais informações são usadas, o que os números mostram e quais etapas ainda faltam.

3. ## Direitos, benefícios e salvaguardas

   Como o programa deve respeitar os direitos das pessoas e contribuir para a proteção dos territórios e das florestas.

Qual é a proposta do REDD+?

Floresta em pé

As florestas guardam carbono. Protegê-las ajuda a evitar que esse carbono seja liberado na atmosfera.

Menos emissões

Reduzir o desmatamento e a degradação florestal ajuda a diminuir a liberação de gases que aquecem o planeta.

Resultados comprovados

O Estado utiliza mapas e outras informações para acompanhar as mudanças nas florestas e verificar os resultados do programa.

Produto final: Créditos de carbono

Proteger as florestas pode gerar créditos de carbono quando a redução dos gases que aquecem o planeta é comprovada e aprovada.

O que torna o REDD+ de Mato Grosso um programa jurisdicional?

Quem coordena?

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Qual área abrange?

Todo o estado de Mato Grosso, que possui áreas de Amazônia, Cerrado e Pantanal.

O que isso significa?

O programa acompanha as mudanças nas florestas de todo o estado, enquanto um projeto individual acompanha uma área específica.

Quem estabelece e confere as regras?

Mato Grosso

Organiza o programa, apresenta os documentos e informa os resultados.

ART e TREES

O **ART** é o padrão internacional de certificação.

TREES 3.0 é o conjunto de regras aplicado.

Auditoria

Uma entidade independente avalia documentos, métodos e resultados antes de emitir os créditos gerados.

Três palavras para lembrar

Emissão

Gás liberado para a atmosfera, medido aqui em toneladas de CO_2 equivalente.

Redução

É quando a quantidade desses gases liberados na atmosfera diminui, por exemplo, com menos desmatamento e degradação florestal.

Crédito

Reconhecimento de uma redução comprovada e aprovada.

Dois documentos importantes

TRD: apresenta o programa

Explica quem é responsável, quais regras serão seguidas, como o Estado mede emissões e como trata direitos e salvaguardas.

TMR: informa os resultados

Mostra o que aconteceu em cada período: emissões medidas, reduções estimadas, ajustes e cumprimento das salvaguardas.

Quais perguntas o TRD responde?

1

Quem participa?

Governo, parceiros e área acompanhada.

2

Qual é o plano?

Atividades para reduzir emissões.

3

Como mede?

Dados, métodos e cálculos.

4

Como nos protege?

Direitos, benefícios e salvaguardas.

O programa considera períodos diferentes

1 2017 a 2021

Anos usados para comparação

O Estado utiliza as informações desses cinco anos para calcular quanto era emitido no passado. Chamamos isso de **REFERÊNCIA**.

2 2022 a 2024

Primeiros resultados

O Estado já calculou as emissões e as possíveis reduções desses três anos. Constam no documento chamado TMR.

3 2025 e 2026

Anos que faltam analisar

O Estado ainda precisa calcular e apresentar os resultados desses dois anos.

Para lembrar: os anos de 2017 a 2021 servem como comparação para avaliar os resultados de 2022 a 2026.

O período de creditação completo é 2022 a 2026.

O caminho até uma possível emissão de créditos

1

Preparar

O Estado elabora TRD,
TMR e reúne evidências.

2

Ouvir e revisar

Conselho e partes interessadas fazem contribuições.

3

Publicar

A ART analisa e abre
espaço para comentários públicos.

4

Verificar

O VVB avalia se os
requisitos foram cumpridos.

5

Emitir

Após a verificação e
aprovação, a ART emite
os créditos.

A publicação dos documentos não gera créditos automaticamente.

Nossa expectativa de cronograma e próximos passos

1. **9 e 16 de novembro**

   Previsões para compartilhar, respectivamente, TRD (09/11) e TMR (16/11) em português.

2. **Até 4 de dezembro**

   Prazo anunciado para contribuições dos membros convidados.

3. **11 de dezembro**

   Reunião presencial prevista do Conselho Gestor para discussão e validação.

4. **22 de dezembro**

   Expectativa de submissão dos documentos para o padrão ART TREES.

PARTE 2

Como o Estado mede as emissões

Os mapas e os cálculos ajudam a entender o que mudou nas florestas entre os anos.

Onde o programa acompanha as florestas?

3 biomas

Mato Grosso reúne áreas de Amazônia, Cerrado e Pantanal.
A metodologia considera as florestas naturais elegíveis em cada um deles.

Amazônia: 57% da área do estado. Cerrado: 37%. Pantanal: 6%.

Quanta floresta havia na área de contabilização?

43,5 milhões de ha

Área florestal informada para 1º de janeiro de 2022: 43.544.888 hectares. O valor segue a definição e as bases usadas na metodologia.

O número mede uma área definida pelo método, e não toda a vegetação nativa do estado.

Que áreas são tratadas como floresta?

Área mínima

Pelo menos meio hectare (0,5 ha).

Árvores e copa

Árvores com ao menos 5 metros ou capazes de atingir essa altura, e cobertura de copa de 10% ou mais.

Floresta natural

A metodologia exclui plantações florestais e áreas de uso predominantemente agrícola ou urbano.

Que mudanças na floresta entram no cálculo?

Desmatamento

Quando uma área deixa de ser floresta.

Degradação

Fogo

Queimadas mapeadas em florestas.

Corte seletivo

Retirada de árvores que geram perda de biomassa.

De onde vêm as informações?

Satélites

PRODES identifica desmatamento. DETER e MapBiomas Fogo ajudam a identificar degradação.

Estoques de carbono

4ª Comunicação Nacional e mapas de carbono ajudam a estimar o carbono da vegetação.

Regras de cálculo

O Estado aplica critérios técnicos e orientações do TREES e do IPCC.

Como se chega a uma estimativa de emissão?

1

Localizar

O mapa identifica onde ocorreu uma mudança.

2

Conferir

A área precisa atender à definição de floresta.

3

Calcular

O método estima quanto carbono foi perdido.

4

Revisar

Os resultados incluem margens de incerteza.

Em termos simples: área afetada e perda de carbono por área entram no cálculo.

Desmatamento e degradação são diferentes

Desmatamento

A área deixa de ser floresta. O cálculo considera a perda de carbono ligada a essa mudança de uso.

Degradação

A área continua sendo floresta, mas perde parte de sua biomassa, por exemplo, por fogo ou corte seletivo.

E quando a mesma área queima e depois é desmatada?

Uma perda por vez

O método registra os acontecimentos na ordem em que ocorreram. Assim, não calcula novamente o carbono que já foi perdido.

Essa é uma das medidas para evitar contar duas vezes a mesma emissão.

O solo também pode liberar carbono

O que são organossolos?

São solos ricos em matéria orgânica, que podem guardar grandes quantidades de carbono.

Quando há emissões?

Em algumas áreas desmatadas, a retirada da água do solo pode liberar carbono para a atmosfera. O fogo também pode queimar restos de plantas acumulados no solo, liberando carbono. O cálculo considera essas duas situações.

Essas emissões entram nas atividades de desmatamento e fogo; não são uma quarta atividade.

Por que o fogo do Cerrado precisa de uma regra específica? Nem toda queimada no Cerrado é considerada degradação!

Vegetação adaptada ao fogo

Algumas formações vegetais do Cerrado resistem ao fogo e conseguem se recuperar. Por isso, uma queimada nem sempre causa perda duradoura da vegetação.

Como isso entra no cálculo?

Nessas áreas, a equipe analisa a frequência das queimadas para identificar quais devem entrar no cálculo da degradação.

Importante: isso não significa que toda queimada seja inofensiva. Essa regra se aplica apenas a determinadas formações vegetais do Cerrado.

PARTE 3

O que os números nos mostram

Resultados apresentados em 6 de novembro de 2026 para os anos de 2022 a 2024.

Como o Estado compara os anos?

Passado: 2017 a 2021

A equipe calcula a média anual de emissões desses cinco anos. Esse valor ajuda a estabelecer uma referência.

Acompanhamento: 2022 a 2026

A equipe mede as emissões anuais e compara com a referência definida pelas regras do ART.

Referência: dados que utilizamos para comparação.

164,24

milhões de toneladas de CO_2e por ano: média de 2017 a 2021

1%

redução exigida sobre essa média (exigência metodológica para garantir maior confiabilidade dos dados)

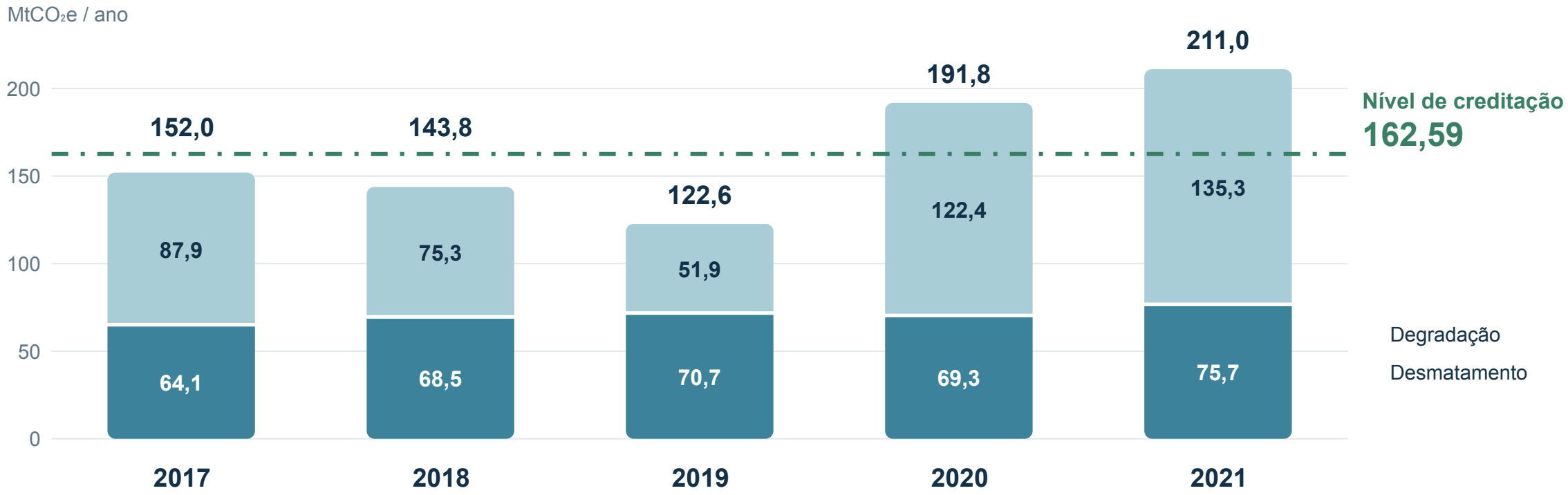
162,59

milhões de toneladas de CO_2e por ano: nível de creditação

A referência é uma regra de comparação, não uma meta de desmatamento.

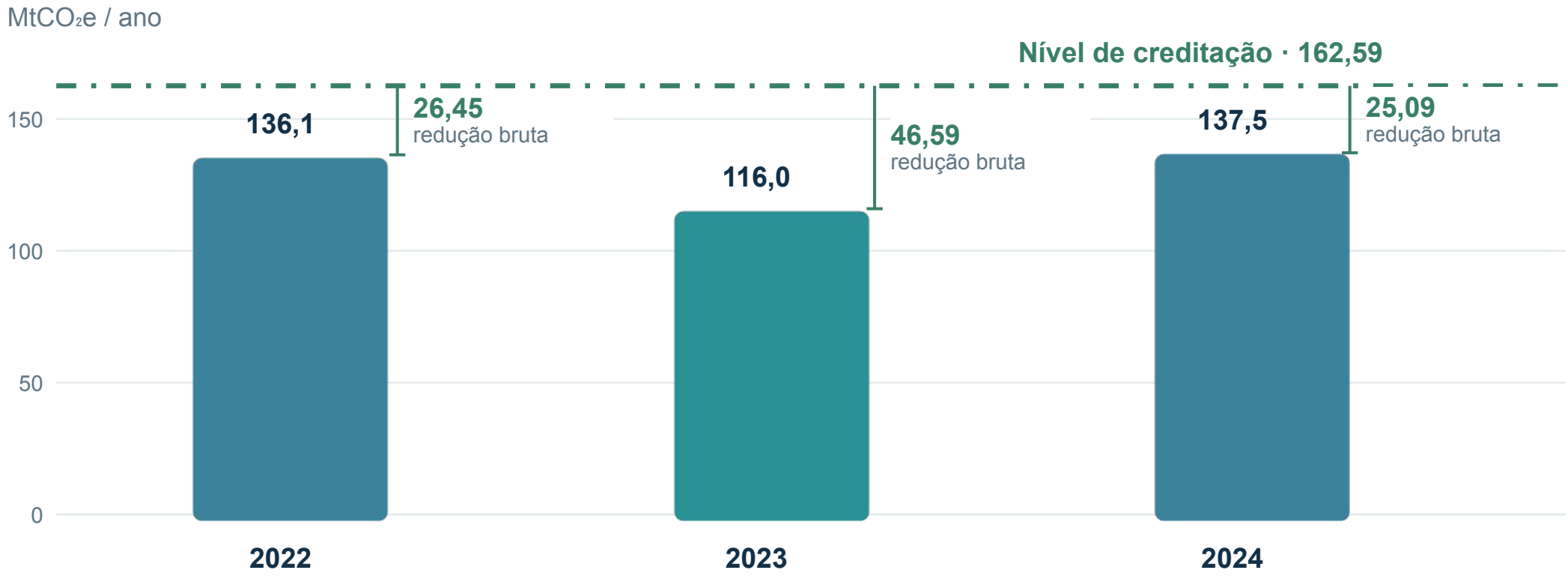
Detalhamento do Nível: média de 2017–2021 menos 1%

A média anual de emissões em 2017–2021 foi de 164,24 $MtCO_2e$, resultando num nível de creditação de 162,59 $MtCO_2e$/ano



Reduções em 2022–2024

As emissões monitoradas em 2022–2024 ficaram abaixo do nível de creditação de 162,59 $MtCO_2e$/ano, gerando reduções brutas de emissões.



Valores em $MtCO_2e$, antes das deduções; **ainda não equivalem ao número final de créditos**.

Quanto somam as reduções brutas de 2022 a 2024?

98,14 milhões

Toneladas de CO_2 equivalente calculadas antes dos descontos exigidos pelo padrão.

Esse total ainda não representa créditos disponíveis.

Por que o valor diminui durante a análise?

98,14

reduções brutas, em milhões de tCO_2e

76,03

após o ajuste por incerteza (exigências metodológicas)

56,40

tCO_2e

Ainda faltam outras verificações e possíveis ajustes antes de saber o total de créditos.

O que são os dois descontos já estimados?

Incerteza

Toda medição tem uma margem de dúvida. O padrão manda reduzir o resultado conforme essa margem.

Vazamento

É a possibilidade de uma atividade que causa emissões mudar para outra área. A apresentação aplicou desconto de 20% sobre a redução bruta.

O que representam os 56,4 milhões?

Resultado parcial

É a estimativa após os descontos por incerteza e vazamento, para 2022 a 2024. **Ainda não é a quantidade final de créditos.**

O resultado poderá mudar após outras análises e a auditoria independente.

O que ainda pode alterar os créditos?

1. **Direitos sobre as reduções**
   O Estado precisa comprovar quais resultados pode reivindicar.

2. **Evitar dupla contagem**
   A mesma redução não pode gerar créditos para duas iniciativas
   (Projetos privados são diferentes do Programa Jurisdicional)

3. **Reserva contra reversões**
   Uma parte dos resultados pode ser reservada para cobrir riscos de perda futura.

4. **Avaliação técnica dos resultados**
   As estimativas podem ser ajustadas após a análise técnica da ART e dos auditores independentes (VVB).

O percentual da reserva ainda depende da avaliação de risco aplicável.

Como os técnicos lidam com a margem de dúvida?

Conferência dos dados

O método leva em conta possíveis erros nas áreas mapeadas e nas quantidades de carbono estimadas.

10 mil simulações

A equipe repete os cálculos com valores possíveis. Isso ajuda a estimar a incerteza do resultado.

O nome técnico dessa técnica é simulação de Monte Carlo.

Por que os meses dos mapas precisam ser ajustados?

PRODES

O período de observação dos mapas costuma ir de agosto de um ano a julho do seguinte.

TREES

O relatório precisa apresentar resultados de janeiro a dezembro. A equipe combina partes dos períodos para chegar ao ano civil.

Onde esses resultados podem ser conferidos?

TRD

Explica o programa e a referência de comparação.

TMR

Apresenta o resultado dos anos monitorados e os ajustes.

Anexo e base de dados

Registram fontes, métodos, cálculos e informações de apoio.

PARTE 4

Direitos, participação e proteção das florestas

As salvaguardas são compromissos que devem acompanhar as ações de REDD+.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso | Novembro de 2026

Além de medir carbono, o TRD explica

1. **Quem tem responsabilidades**
   O Estado informa quem coordena o programa e com quais parceiros trabalha.

2. **Quais ações o Estado propõe**
   O documento descreve problemas ligados ao desmatamento e as medidas para enfrentá-los.

3. **Como os direitos serão respeitados**
   O Estado precisa tratar reivindicações, repartição de benefícios e salvaguardas.

Quem tem direito sobre os resultados do REDD+?

Quem pode ter direitos?

Povos indígenas, comunidades tradicionais, proprietários de terras e o próprio Estado podem ter direitos sobre os resultados, conforme as leis e os acordos existentes.

Como esses direitos serão respeitados?

Os direitos de povos e comunidades tradicionais devem ser respeitados. Os acordos não serão definidos apenas pelo Estado: sua construção contará com a participação dos grupos envolvidos, por meio de consultas livres, prévias e informadas, previstas para 2027.

A participação no programa não retira direitos de povos e comunidades tradicionais sobre seus territórios.

Como funciona a repartição de benefícios?

O que é?

São regras e acordos para definir como os recursos ligados ao programa poderão ser distribuídos.

Como deve acontecer?

O Estado precisa apresentar a base legal e informar como as partes interessadas participam da construção desses acordos.

A apresentação do TRD não anuncia pagamento ou distribuição imediata de recursos.

O que são salvaguardas?

7 compromissos

Conjunto de cuidados para respeitar direitos, garantir participação, prestar contas e proteger florestas e biodiversidade durante o REDD+.

As sete salvaguardas de Cancún são identificadas pelas letras A até G.

Como se demonstra o cumprimento das salvaguardas?

1

Leis e regras

O que existe para proteger direitos.

2

Funcionamento

Como instituições e canais atuam.

3

Resultados

O que aconteceu e quais evidências existem.

O TRD registra a situação anterior e o planejamento. O TMR deve informar resultados do período.

Salvaguarda A: agir de acordo com políticas e acordos

Políticas florestais

As ações de REDD+ devem ser coerentes com os programas de proteção das florestas.

Compromissos do Brasil

O programa também deve considerar os acordos internacionais importantes para o tema.

Salvaguarda B: informação e transparência

Acesso à informação

As pessoas precisam encontrar informações claras sobre ações, recursos e resultados.

Prevenção da corrupção

O Estado deve prestar contas e manter mecanismos de acompanhamento e controle.

Salvaguarda B: terra e acesso à justiça

Direitos sobre a terra

O programa deve considerar a posse e os direitos territoriais de cada grupo.

Canais para reivindicar direitos

As pessoas precisam ter meios de buscar informações, apresentar queixas e acessar a justiça.

Salvaguarda C: povos, comunidades e seus conhecimentos

Reconhecimento

Identificar os povos e comunidades que podem ser afetados pelas ações de REDD+.

Conhecimento tradicional

Respeitar saberes, práticas e formas próprias de relação com o território.

Direitos

Garantir o respeito aos direitos previstos na legislação e nos acordos aplicáveis.

O que significa CLPI?

Decidir com informação

Consulta Livre, Prévia e Informada é um processo que deve respeitar as formas próprias de decisão e os direitos dos povos e comunidades envolvidos.

A reunião de apresentação do TRD não substitui a CLPI quando ela é exigida.

Salvaguarda D: participação de verdade

Ter voz no processo

Povos, comunidades e outros grupos precisam ter oportunidades reais de conhecer, discutir e contribuir.

Respeitar cada grupo

As atividades participativas precisam considerar língua, cultura, representação e maneiras próprias de decidir.

O material precisa ser apresentado e testado com seus públicos antes de uso ampliado.

Salvaguarda E: proteger a natureza e as pessoas

Florestas naturais

As ações de REDD+ devem ajudar a conservá-las e evitar sua conversão.

Biodiversidade

A proteção inclui espécies, ecossistemas e serviços que a natureza oferece.

Benefícios sociais

O programa deve considerar como suas ações afetam a vida das pessoas.

Salvaguardas F e G: resultados que se mantêm

F: risco de reversão

Um resultado pode ser perdido se a floresta voltar a sofrer desmatamento ou incêndio. O programa precisa avaliar esse risco.

G: deslocamento

É preciso observar se a pressão para desmatar apenas mudou de lugar, dentro ou fora do estado.

O que o TRD relata sobre o período até 2021?

1

Povos e comunidades identificados

O documento informa 43 povos indígenas, 71 comunidades quilombolas e oito segmentos de comunidades tradicionais.

2

Espaços de participação

A síntese registra 38 reuniões de governança e 16 oficinas de consulta de 2017 a 2021.

3

Ações e documentos de apoio

O TRD reúne referências a leis, projetos, atas, políticas e relatórios.

São informações declaradas na apresentação do TRD. Sua verificação faz parte do processo.

O que será acompanhado de 2022 a 2026?

Resultados e indicadores

O relatório de monitoramento deve mostrar o que foi realizado e as evidências de cada tema das salvaguardas.

O que precisa melhorar

Quando houver medidas em andamento, o Estado deverá informar o planejamento, os responsáveis e o acompanhamento.

Como o programa deve prestar contas?

Plano de acompanhamento

Define o que será verificado, por quem e com qual frequência.

Documentos e evidências

Relatórios, atas, leis, dados e registros ajudam a conferir as afirmações.

Mudanças

O programa precisa registrar alterações relevantes entre uma entrega e outra.

PARTE 5

Como acompanhar e participar

O público deve poder compreender, perguntar, contribuir e acompanhar as decisões.

Canais e datas anunciados pela SEMA

(SUJEITO A ALTERAÇÕES)

1

Contribuições até 4 de dezembro de 2026

Prazo anunciado para a consulta aos membros e partes convidadas.

2

Reuniões técnicas previstas

17 e 24 de novembro e 1º de dezembro, das 10h às 12h (horário de Cuiabá).

3

Contato para perguntas

fmmc@sema.mt.gov.br
(65) 3613-7276 – Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ (SEMA/MT)

As datas e os canais devem ser confirmados antes de novas apresentações.

O que queremos ouvir de vocês?

1. **As explicações estão claras?**
   Quais termos ou números precisam de exemplos melhores?

2. **Os processos de participação são adequados?**
   Como deve ser a comunicação com sua comunidade ou organização?

3. **Que informações precisam estar acessíveis?**
   Quais documentos, mapas e resultados ajudariam a acompanhar o programa?

Essas perguntas apoiam o diálogo. Não substituem processos formais de consulta.

Três ideias para levar desta conversa

Entender, acompanhar e participar

O TRD apresenta o programa. O TMR informa os resultados. As salvaguardas orientam a proteção de direitos, das pessoas e das florestas.

MATERIAL DE APOIO

Informações para quem quiser saber mais

O anexo reúne os temas das seções do TRD, dados usados e detalhes metodológicos.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso | Novembro de 2026

Guia do TRD: seções 1 a 9

Seção	O que explica	Pergunta do público
1 e 2	Estado e parceiros	Quem é responsável?
3 e 4	Anos e território	Quando e onde?
5	Condições de participação	O Estado pode participar?
6	Atividades e políticas	O que pretende fazer?
7 e 8	Direitos e benefícios	A quem pertence? Como repartir?
9	Definição de floresta	O que entra na conta?

Guia do TRD: seções 10 a 18

Seção	O que explica	Pergunta do público
10	Nível de creditação de emissões	Como se calcula a referência?
11 e 12	Opções de HFLD e remoções	Quais regras opcionais?
13 a 15	Vazamento e dupla contagem	Como evitar erros nas estimativas?
16	Salvaguardas	Como protege direitos?
17	Acompanhamento	O que será monitorado?
18	Mudanças	O que mudou no documento?

Fontes dos mapas e do carbono

Fonte	Para que serve	Onde entra
PRODES	Identifica desmatamento	Amazônia, Cerrado, Pantanal
DETER	Identifica fogo e corte seletivo	Amazônia
MapBiomas Fogo	Identifica cicatrizes de fogo	Cerrado e Pantanal
4CN e EBA	Estima estoques de carbono	Tipos de vegetação
IBGE	Limites, vegetação e solos	Área elegível e organossolos

Áreas mapeadas para a conta (hectares)

Atividade	2022	2023	2024
Desmatamento	257.991	214.786	186.493
Fogo, DETER	464.307	531.223	626.335
Fogo, MapBiomas	668.489	467.422	860.336
Corte seletivo	226.907	221.181	193.082

Alguns parâmetros da metodologia

Componente	Valor ou regra	O que significa
Depois do desmatamento	7,37 tC/ha	Estoque residual de carbono
Fogo na Amazônia	0,368	Fração de combustão usada
Fogo no Cerrado e Pantanal	0,379	Fração de combustão usada
Corte seletivo	29%	Perda estimada de biomassa acima do solo
Carbono do solo	IPCC 2013	Drenagem e fogo em organossolos

Termos técnicos que podem aparecer na conversa

1. **Nível de creditação**

   Valor de referência usado para calcular reduções segundo as regras do TREES.

2. **MRV**

   Monitoramento, Relato e Verificação: medir, registrar e conferir os resultados.

3. **Reservatório de carbono**

   Parte da floresta ou do solo que guarda carbono.

4. **Fator de emissão**

   Parâmetro usado para estimar as emissões associadas a uma área ou atividade.